

# **FRENTE DE LUTA por Permanência e contra o Privatismo**

## **Por uma assembleia geral dos estudantes que organize a luta em defesa da permanência estudantil, contra a violência sexual e pela efetiva contratação de professores e funcionários necessários**

Há algum tempo, um setor dos estudantes da USP reivindica a convocação de uma assembleia geral para retomar a mobilização por contratações e em defesa da permanência estudantil, sobretudo diante da recente ofensiva da reitoria sobre o CRUSP, com o objetivo de gradear os blocos de moradia estudantil. Porém, somente agora, na metade final do semestre, a direção do DCE decidiu pela convocação de uma assembleia geral, tendo como principal pauta não as reivindicações do movimento dos estudantes, mas sim a campanha eleitoral. Diante desse quadro, a Frente de Luta por Permanência e Contra o Privatismo apresenta aqui algumas questões e propostas a serem levadas para a assembleia.

### **É PRECISO RECHAÇAR QUALQUER TENTATIVA DE SUBORDINAR AS ENTIDADES ESTUDANTIS E SEUS RECURSOS À POLÍTICA ELEITORAL**

Enquanto poderia ter atuado ativamente pela mobilização dos estudantes, contra a ofensiva da reitoria ainda em curso no CRUSP, bem como em defesa da retomada das pautas por contratações e permanência levantadas na greve de 2023, as direções estudantis se voltaram inteiramente à campanha eleitoral. Agora, no segundo turno, para além da omissão, alguns setores buscam ativamente subordinar as entidades estudantis à defesa da candidatura burguesa de Guilherme Boulos (PSOL) – contra o direitista Ricardo Nunes –, a que apresenta várias posições direitistas que favorecem a repressão (como dobrar a GCM e nomear um comandante da Rota como Secretário de Segurança); incorporou a proposta de precarização do trabalho (como o programa “jovem empreendedor”, que incentiva os jovens a se tornarem em “MEIs”, ao invés de defender a criação de empregos e melhores condições de trabalho); e poderia viabilizar a inserção do privatismo nas universidades (como por meio da criação de “parcerias público-privadas”, envolvendo universidades para a construção de parques tecnológicos, ao invés de garantir integralmente à instituição pública esse papel). É por isso que nos opomos ao uso dos recursos das entidades estudantis com o intuito de organizar campanhas eleitorais em defesa de qualquer candidatura que esteja em oposição aos interesses de quem estuda e trabalha.

## **A LUTA PELAS COTAS TRANS DEVE PARTIR DA ORGANIZAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO DAS BASES, E ESTAR VINCULADA À AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS E DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA**

Recentemente, os estudantes da UERJ organizaram uma greve de ocupação que, dentre as pautas centradas na permanência estudantil, estava a de luta por cotas trans. O movimento da UERJ, tal como a greve da USP de 2018, que conquistou a política de cotas raciais, deve ser tomado de exemplo. A conquista de mais políticas de inclusão na universidade só pode se dar a partir de um movimento de base e radicalizado, que as imponha à reitoria. E, uma vez implementada a política de cotas trans, isso deve estar fundamentado na ampliação do número de vagas de ingresso na universidade. Apoiamos a reivindicação de cotas trans se ela é levantada pelo movimento estudantil e se choca com a burocracia universitária e os governos. Destacamos, porém, que essas cotas devem vir do aumento de vagas, de forma a não ser apenas uma redivisão entre os excluídos da universidade pelo vestibular elitista. E reafirmamos a necessidade de o movimento estudantil erguer a reivindicação de Universidade Pública e Gratuita a Todos, e Fim dos Vestibulares – o que virá com a estatização de toda a rede privada de ensino, sob controle de quem estuda e trabalha. Somente assim os estudantes mais pobres, filhos dos trabalhadores, terão acesso ao ensino público e gratuito, de modo a não cortar vagas de nenhum estudante, principalmente dos demais que também sejam cotistas. Não obstante, entrar na universidade não garante permanecer nela. Assim, é imprescindível que a luta por inclusão esteja acompanhada pela luta que retome as pautas de permanência não atendidas na greve de 2023 (reajuste das bolsas estudantis para o valor de um salário mínimo estadual, R\$ 1640,00 a todos que necessitarem), e ampliação do número de vagas de moradia para todos que a necessitarem.

## **QUE A ASSEMBLEIA DISCUTA A RETOMADA DA LUTA PELAS PAUTAS NÃO ATENDIDAS DA GREVE DE 2023, E A DEFESA DOS MORADORES IRREGULARES DO CRUSP**

A greve de 2023 teve como principal motivação a contratação de quase 1.700 professores e outros 4.500 funcionários, para repor o déficit acumulado em duas décadas, somado ao crescimento do corpo discente. Essa greve terminou traída pelas direções estudantis, que negociaram migalhas com a reitoria dentro dos limites do plano dela, e sequer convocaram a assembleia que formalmente a encerrasseou. Agora, promovem a “mobilização” em favor de uma campanha eleitoral que opõe candidatos burgueses de posições direitistas, ainda que com diferenças entre si, enquanto que o risco de despejo de 300 moradores em situação irregular no CRUSP ainda está colocado, uma vez que, ao que tudo indica, a reitoria planeja seu gradeamento nas férias. Nesse quadro, a assembleia geral deve deliberar propostas que retomem o quanto antes a mobilização pelas pautas pertinentes e rechaçar qualquer tentativa de desvio oportunista e eleitoreiro.

### **PROPOSTAS PARA A ASSEMBLEIA:**

- Inclusão de pauta sobre permanência estudantil e o CRUSP / ■ Que as cotas trans sejam condicionadas à abertura de novas vagas e às condições de permanência / ■ Oposição ao apoio eleitoral ao Boulos pela entidade / ■ Convocação de nova assembleia

Para participar ou ter acesso a outras publicações da Frente de Luta por Permanência e Contra o Privatismo entre em contato: [frentelutausp@proton.me](mailto:frentelutausp@proton.me)